DISLEXIA-DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO

CRISTINA LOPES NAVARRO

RESUMO

A dislexia é um desafio de aprendizagem, e indica dificuldades que os alunos enfrentam ao longo do processo de desenvolvimento da leitura e escrita, que são habilidades essenciais para a aprendizagem. Acredita-se que o tratamento adequado desse transtorno requer a participação de especialistas de diferentes áreas, como fonoaudiólogos, psicopedagogos, neurologistas, otorrinolaringologistas, entre outros. Um profissional crucial que deve estar envolvido no ensino de crianças disléxicas é o educador, responsável por transmitir conhecimentos e habilidades essenciais para o aprendizado. Portanto, no contexto educacional, é responsabilidade da instituição fornecer ferramentas que contribuam para o desenvolvimento intelectual da criança com dislexia. Para isso, este trabalho realizou uma análise por meio de pesquisa bibliográfica e exame de relatos sobre a dislexia, destacando o desenvolvimento de dispositivos apropriados para lidar com esse desafio na escola. Nesse sentido, enfatizamos que caso os pais apresentem um diagnóstico comprovando a dislexia ou quando a criança apresentar problemas relacionados, a escola, como instituição responsável pela educação e progressão dos alunos, deve se organizar e implementar medidas para apoiar e auxiliar a criança a progredir da melhor maneira possível, garantindo seu direito ao conhecimento da leitura, escrita e aprendizado. No entanto, ressaltamos que para a escola cumprir seu papel junto aos alunos disléxicos, é fundamental a implementação de políticas públicas que visem criar uma escola completa e oferecer treinamento exclusivo para os professores, além de fornecer recursos educacionais essenciais para o desenvolvimento das crianças. Em suma, acreditamos que este trabalho alcançou seu principal objetivo, uma vez que identificou os problemas enfrentados por pessoas com dislexia e confirmou as teorias coletadas por meio de websites e autores como Olivier, Stackhouse e Snowling.

Palavras-chave: Dislexia; Aprendizagem; Metodologia.

INTRODUCÃO

A dislexia é identificada como um transtorno específico da aprendizagem, com origem neurobiológica, que afeta principalmente a leitura e a escrita. Essa dificuldade surge precocemente na vida das pessoas. De acordo com Alves, Ferreira e Ferreira (2014), indivíduos com dislexia frequentemente têm dificuldade em associar sons a letras e também trocam letras ou as escrevem de forma inconsistente.

Devido à busca por um diagnóstico e intervenção precisos, tanto as famílias quanto os indivíduos com dislexia enfrentam desgaste psicológico e financeiro. Entendemos que a falta de políticas públicas específicas para essas questões resulta na falta de diagnóstico para estudantes da rede pública que enfrentam essa dificuldade, e muitas vezes a falta de conhecimento sobre o transtorno leva a criança disléxica a ser vista como preguiçosa e, consequentemente, tratada como incompetente. Esse preconceito pode contribuir para altas taxas de reprovação e evasão escolar entre esses indivíduos.

Nesse contexto, é importante considerar que a "dislexia pode ser mais prejudicial para as classes menos favorecidas" (Mantoan, 2006), uma vez que famílias de classe média alta têm recursos financeiros melhores para buscar assistência multiprofissional, enquanto as crianças de classes menos privilegiadas dependem principalmente da prática educativa oferecida pela escola em que estão matriculadas.

Assim, o processo de aprendizagem da criança é prejudicado tanto pela adversidade da dislexia quanto pela falta de tratamento adequado e de uma escola que siga os princípios da inclusão. Portanto, é crucial pesquisar quais são as contribuições da literatura para a compreensão da dislexia e suas consequências para a educação. Além desse debate fundamental, é essencial pensar no desenvolvimento de ferramentas apropriadas para enfrentar essa dificuldade, uma vez que os dispositivos utilizados terão um impacto direto na construção da aprendizagem da criança com dislexia.

Uma das grandes questões relacionadas a essa realidade é a falta de conhecimento que os profissionais da área da pedagogia geralmente têm em relação aos problemas de aprendizagem. Embora os educadores possuam conhecimento sobre diversas metodologias e o currículo adote medidas baseadas na psicologia e na pedagogia, a formação dos professores não é suficientemente ampliada nos aspectos da psicopedagogia, resultando em uma formação inadequada para lidar com as necessidades específicas dos disléxicos. Ou seja, o preparo do pedagogo para lidar com crianças com dislexia é bastante limitado.

No entanto, não queremos responsabilizar apenas os professores, mas sim chamar a atenção para a falta de políticas que

promovam a capacitação adequada para os profissionais da educação básica, buscando uma educação consistente em relação à defesa dos direitos de aprendizagem de cada criança, independentemente dos problemas ou necessidades que apresentem.

CONCEITUALIZANDO A DISLEXIA

A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, que afeta a capacidade de leitura e escrita de uma pessoa. É caracterizada por dificuldades no reconhecimento preciso e/ou fluente na decodificação e na soletração. Essas dificuldades são geralmente resultado de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e a outras habilidades cognitivas.

A palavra "dislexia" tem origem grega, “dis” significa dificuldade e “lexis” significa linguagem. Portanto, a palavra dislexia significa "dificuldade na leitura".

No entanto, a dislexia é mais do que uma simples dificuldade na leitura. É um transtorno complexo que envolve dificuldades na compreensão e processamento da linguagem escrita. A dislexia não é causada por fatores socioeducacionais, problemas mentais, visuais ou auditivos, mas sim por uma disfunção biológica que afeta o processo de aprendizagem.

Explicam Reid & Fawcett que a dislexia é:

“Um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizado por dificuldades na leitura e na escrita que podem afetar o desempenho acadêmico e emocional da criança"

É importante destacar que a dislexia não está relacionada à falta de inteligência. Pessoas com dislexia podem ter habilidades cognitivas normais ou até acima da média. No entanto, elas enfrentam dificuldades específicas na área da leitura e escrita.

Nesse sentido, a autora Sally Shaywitz em seu livro "Overcoming Dyslexia", enfatiza que a dislexia não está relacionada à inteligência. Ela destaca que as dificuldades de leitura e escrita enfrentadas por pessoas com dislexia não são causadas por falta de inteligência, mas sim por diferenças no processamento fonológico e na organização das áreas do cérebro responsáveis pela leitura. A dislexia pode se manifestar de diferentes formas e apresentar variações individuais. Existem diferentes tipos de dislexia, como a dislexia fonológica,que está relacionada às dificuldades na associação entre os sons da fala e as letras correspondentes; a dislexia superficial, que envolve dificuldades na leitura de palavras irregulares e de baixa frequência; e a dislexia visual, que afeta a percepção visual das palavras.

É importante ressaltar que a dislexia pode ser identificada em diferentes momentos da vida, desde a infância até a idade adulta. Geralmente, os sinais de dislexia podem ser observados durante a fase de alfabetização, quando a criança apresenta dificuldades em aprender a ler e escrever. No entanto, a dislexia pode persistir ao longo da vida, mesmo com intervenções adequadas.

No contexto educacional, é fundamental que os educadores estejam cientes das características e necessidades dos alunos com dislexia. Eles devem adotar abordagens e estratégias pedagógicas que sejam adequadas e inclusivas, oferecendo suporte individualizado e adaptando o ensino para atender às necessidades específicas desses alunos.

Como bem ressaltam Capellini & Garcia:

"A dislexia na educação infantil requer um olhar atento dos professores e profissionais da área, para que estratégias de intervenção adequadas possam ser implementadas, promovendo o progresso acadêmico e a autoestima das crianças disléxicas"

Esclarece também o doutrinador Thomson que as dificuldades de aprendizagem decorrentes da dislexia podem se manifestar desde a fase inicial de alfabetização, comprometendo a aquisição de habilidades de leitura e escrita, bem como o desenvolvimento da compreensão de textos. Além disso, é importante ressaltar que a legislação educacional em muitos países, incluindo o Brasil, estabelece medidas de proteção e garantias para os cidadãos com dislexia. Essas medidas visam assegurar a igualdade de oportunidades educacionais e a inclusão desses indivíduos na sociedade.

Como citado anteriormente, diversas legislações e políticas foram estabelecidas para promover a inclusão e proporcionar apoio adequado às pessoas com dislexia. Algumas dessas medidas incluem:

1.Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n° 13.146/2015): Essa lei garante direitos e estabelece medidas de inclusão para todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com dislexia. Ela abrange diversas áreas, como educação, saúde, trabalho, acessibilidade, entre outras.

2. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n° 4/2009): Essa resolução estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com dislexia, na educação básica. Ela orienta as escolas a oferecerem adaptações curriculares, recursos pedagógicos e apoio especializado para atender às

necessidades desses alunos.

3. Programa Nacional do Livro e do Material Didático Acessível (PNLD-A): Esse programa tem como objetivo garantir o acesso a materiais didáticos acessíveis para estudantes com deficiência, incluindo aqueles com dislexia. Ele disponibiliza livros e materiais em formatos acessíveis, como braile, áudio, digital, entre outros.

De acordo com estudos e estimativas, a dislexia é um transtorno de aprendizagem que afeta aproximadamente 10% da população mundial, e no Brasil, estima-se que 10 milhões de pessoas sejam afetadas por esse transtorno específico de aprendizagem.

A dislexia é mais comum em crianças, sendo observada em cerca de 5% a 10% delas em diferentes graus.

É importante ressaltar que a prevalência da dislexia não é afetada por fatores socioeconômicos, culturais ou étnicos, o que significa que pode ocorrer em qualquer grupo populacional.

As dificuldades de leitura e escrita, características da dislexia, são frequentemente identificadas no início da alfabetização, quando a criança começa a ter contato com o processo de decodificação e compreensão da linguagem escrita. Os sinais podem incluir dificuldade em associar sons às letras, confusão com a ordem das letras ou palavras, leitura lenta e hesitante, troca ou inversão de letras e palavras, entre outros.

Por isso que é fundamental, conforme já explicado neste trabalho de conclusão, compreender que a dislexia não está relacionada a problemas de inteligência. Pessoas com dislexia podem ter habilidades cognitivas normais ou até acima da média em outras áreas, destacando que o transtorno se refere especificamente a uma dificuldade na leitura e na escrita.

Essas estatísticas revelam a magnitude da dislexia no Brasil, demonstrando a importância de se abordar esse tema e de se buscar soluções para melhorar o diagnóstico e o suporte adequado às pessoas com dislexia. O impacto da dislexia na vida das crianças pode ser significativo, afetando sua autoestima, motivação escolar e desenvolvimento acadêmico. Portanto, é fundamental que o diagnóstico seja realizado o mais cedo possível, a fim de permitir intervenções adequadas e estratégias de ensino especializadas.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva busca garantir o acesso e a participação de todos os alunos, independentemente de suas características, necessidades ou dificuldades. É um modelo educacional que valoriza a diversidade e busca promover o aprendizado e o desenvolvimento de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências, transtornos de aprendizagem, altas habilidades ou outras necessidades educacionais especiais.

A formação dos professores desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. Os professores são responsáveis por criar um ambiente de aprendizagem que atenda às necessidades de todos os alunos, garantindo igualdade de oportunidades e adaptações pedagógicas adequadas. Aqui estão alguns pontos importantes relacionados à formação dos professores para a educação inclusiva:

Conhecimento teórico: Os professores precisam adquirir conhecimento teórico sólido sobre os princípios e as práticas da educação inclusiva. Isso inclui compreender os fundamentos da diversidade, dos direitos humanos, das necessidades educacionais especiais e das estratégias de ensino adaptadas.

Sensibilização e empatia: Os professores devem desenvolver uma consciência e uma sensibilidade para com as necessidades e os desafios enfrentados pelos alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais. É essencial que eles sejam empáticos e capazes de entender as perspectivas desses alunos e suas famílias.

Avaliação e identificação: Os professores precisam ser capazes de identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos de forma precoce e precisa. Isso envolve o conhecimento de diferentes estratégias e instrumentos de avaliação, bem como a capacidade de interpretar os resultados e tomar decisões pedagógicas adequadas.

Planejamento e adaptação: Os professores devem ser capazes de planejar e adaptar as atividades de ensino de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Isso envolve a criação de um ambiente inclusivo, a definição de metas e objetivos educacionais claros, bem como a seleção de estratégias de ensino diferenciadas e recursos apropriados.

Colaboração e trabalho em equipe: A formação dos professores deve incentivar a colaboração entre os profissionais da educação, incluindo professores regulares, especialistas em educação especial, psicólogos, terapeutas e outros. O trabalho em equipe é essencial para o planejamento e implementação de práticas inclusivas efetivas.

Aprendizagem contínua: A formação dos professores para a educação inclusiva não deve ser vista como um processo estático, mas sim como um compromisso com a aprendizagem contínua. Os professores devem estar abertos a atualizações, pesquisas e novas abordagens pedagógicas, buscando

constantemente aprimorar suas práticas.

Experiências práticas: A formação dos professores deve incluir oportunidades para que eles vivenciem situações reais de sala de aula inclusiva por meio de estágios, observações e práticas supervisionadas. Essas experiências práticas permitem que os professores apliquem os conhecimentos.

Um marco importante para a promoção da educação inclusiva é a Declaração de Salamanca, emitida pela UNESCO em 1994. Esse documento enfatiza o direito de todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou deficiências, de receber uma educação de qualidade em escolas regulares.

A Declaração de Salamanca destaca a importância da adaptação do sistema educacional para atender às necessidades individuais dos alunos, garantindo igualdade de oportunidades e participação plena na sociedade. (UNESCO, 1994).

Além disso, a Declaração ressalta a necessidade de colaboração entre diferentes setores da comunidade educacional, governos, organizações não governamentais e pais para a implementação efetiva da educação inclusiva. A Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais, também emitida pela UNESCO em 1994, complementa a Declaração de Salamanca, fornecendo diretrizes e estratégias para a implementação prática da educação inclusiva.

Esses documentos têm sido amplamente referenciados e utilizados como base teórica para a discussão e implementação de políticas e práticas educacionais inclusivas em todo o mundo. Sua importância é evidenciada na ênfase à formação de professores, adaptação curricular, promoção de ambientes inclusivos e acesso a recursos e apoios adequados, visando garantir o pleno desenvolvimento e aprendizado dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Ainda, de acordo com Alves, Silva e Leite (2019, p. 135), "a formação de professores desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, fornecendo-lhes os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atender às necessidades diversificadas dos alunos".

A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DO APRENDIZADO DA CRIANCA COM DIFICULDADE

Michels (2006) argumenta que a escola atual é desafiada a ser democrática e inclusiva para todos os alunos. No entanto, é importante considerar os aspectos mencionados anteriormente para evitar uma análise simplista do seu papel na sociedade. Portanto, é essencial estudar as escolas e suas estruturas, relacionando-as aos aspectos mais amplos da sociedade, como economia e política, enquanto se mantém em mente a interação entre esses elementos e a vida escolar cotidiana.

Nesse contexto, a autora sugere que a reforma educacional atual se esforça para promover mudanças, mas não propõe a transformação da própria escola. A gestão administrativa e financeira se torna o principal foco, atribuindo à escola a responsabilidade por seu próprio sucesso ou fracasso.

Seguindo essa linha de pensamento, podemos definir a gestão inclusiva como:a necessidade de ter uma equipe de professores e funcionários preparados para lidar com situações inusitadas. Por exemplo, alunos que precisam de ajuda para utilizar o banheiro ou que preferem passar a maior parte do tempo fora da sala de aula. É essencial, portanto, considerar os diferentes modos e ritmos de aprendizagem como um processo natural dos indivíduos, especialmente daqueles com limitações físicas ou mentais evidentes. Respeitar as diferenças também implica respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Em casos extremos, como alta agressividade ou passividade absoluta, é aconselhável que os pais busquem ajuda médica. A observação atenta deve ser o principal instrumento de tomada de decisão nesses casos.

Carvalho (2011) destaca que as escolas inclusivas são para todos e devem garantir acesso e atendimento educacional a todos os alunos, bem como promover sua cidadania. Ele ressalta que outras modalidades de educação inclusiva também devem ser consideradas.

De acordo com o autor supracitado, o desafio enfrentado pelas escolas inclusivas é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar com sucesso todos os alunos, inclusive aqueles com deficiências graves.

O movimento pela universalização do ensino e democratização das práticas escolares busca promover e facilitar o acesso à escola para grupos de indivíduos que, por diversas razões, foram excluídos anteriormente. Isso se tornou uma preocupação tanto para os gestores políticos quanto para os pesquisadores da educação no país.

No Brasil, a discussão sobre política educacional começou a se delinear nos anos 80 e ganhou forca nos anos 90. Nesse contexto, a Declaração Mundial de Educação para Todos resultantes da conferência realizada em Jomtien, na Tailândia, desempenhou um papel importante. Esse documento enfatizou a educação como estratégia para

atender às necessidades básicas de aprendizagem.

Outro movimento significativo foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em 1994.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais de 1994 foi um evento organizado pela UNESCO, que defendeu a inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais. A conferência resultou na Declaração de Salamanca, que enfatizou o direito de todas as crianças receberem educação de qualidade em escolas regulares, adaptadas às suas necessidades.

Isso marcou uma mudança importante na educação especial, incentivando a inclusão em vez de segregação. Desde então,a educação inclusiva tem sido promovida globalmente como um princípio fundamental. No entanto, ainda existem desafios a serem superados para alcançar a plena inclusão de todos os alunos com necessidades especiais.

Santos (2013) ressalta que, apesar do aumento do número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, ainda existem muitos obstáculos.

CONSIDERAÇOES FINAIS

De acordo com Cunha (2015), a dislexia é um transtorno que frequentemente é confundido com déficit de atenção, problemas psicológicos ou falta de interesse. Caracteriza-se por dificuldades na decodificação de símbolos, leitura, escrita, soletração, compreensão de textos e reconhecimento de sons, além de afetar as habilidades motoras coordenadas.

Pessoas com dislexia tendem a trocar, inverter, omitir ou adicionar letras ou palavras ao escrever. O diagnóstico, de acordo com o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV), é realizado para avaliar se essa incapacidade interfere no desempenho escolar ou em atividades diárias que exigem habilidades de leitura.

A dislexia é considerada um Transtorno Específico da Aprendizagem (TEA),com origem neurobiológica que afeta diretamente a leitura e a escrita. Esse transtorno é geralmente identificado na fase inicial da vida, ou seja, na infância. Sabe-se que "os transtornos são resultantes de anormalidades no processo cognitivo, que em grande parte derivam de alguma disfunção biológica" (CID-10, 1992:236 apud WR Educacional).

É importante destacar que o diagnóstico de dislexia é feito por exclusão, ou seja, é necessário descartar outros motivos para os sintomas (problemas emocionais, auditivos, visuais etc.).

Devido à necessidade de um diagnóstico e tratamento específicos, tanto a família quanto o indivíduo geralmente sofrem desgaste psicológico e financeiro significativos.

A falta de políticas educacionais direcionadas para essa problemática faz com que seja difícil diagnosticar alunos com dislexia na rede pública de ensino, e muitas vezes a falta de informação sobre o transtorno leva a criança disléxica a ser vista como preguiçosa e, consequentemente, tratada como incapaz.

No entanto, é importante ressaltar que os alunos disléxicos enfrentam dificuldades na leitura e escrita, mas possuem inteligência compatível com seu desenvolvimento. Eles também possuem muitas habilidades e, em alguns casos, são talentosos em áreas como arte, música, teatro, entre outras.

Existem indícios de que fatores hereditários possam estar envolvidos, aumentando a probabilidade de outros membros da família apresentar o transtorno.

Nesse contexto, a organização do espaço escolar com finalidades específicas torna-se um elemento curricular importante, e os cantos de atividades diversificadas oferecem às crianças a oportunidade de escolher e aprofundar suas preferências, além de estabelecer novas interações. Para os professores, o uso de materiais e cantos com temas de interesse proporciona a possibilidade de observar as crianças em situações espontâneas, conhecer suas preferências e permitir que elas também busquem novas interações, aprendizagens e oportunidades de convivência.

REFERÊNCIAS

ALVES, E., SILVA, A. P., & LEITE, L. A formação de professores para a educação inclusiva: uma revisão de literatura. Educação & Formação, 2019, 4(1),131-147.

BRASIL, Atendimento Educacional Especializado:Brasília 2007.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n° 13.146/2015). Brasília,DF:Presidência da República.Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 12/05/2023.

BRASIL,Revista da Educação Especial/ Secretaria da Educação Especial v. 1 n. 1 out 2005-Brasília 2008.

CAPELLINI, S. A., & GARCIA, M.A. P. Dislexia em debate. Editora Universitária Leopoldianum. (2017).

CARNEIRO, M.A. O acesso de alunos com deficiências às escolas e classes co-

muns:possibilidades e limitações .4.ed.Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, R.E. Educação inclusiva: com pingos nos “is”.8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB n° 4, de 2 de outubro de 2009. Define Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em 12/05/2023.

CUNHA, C. A práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva. 5.ed. São Paulo: 2015.

DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Jomtien, Tailândia, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 1990.

DUEK, V.P. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. Educação em Revista. Educ.rev.vol.30 no.2 Belo Horizonte, April/June, 2014.

JORNAL DA BAND. (2021, 23 de setembro). Dislexia: Transtorno de aprendizagem afeta mais de 10 milhões de brasileiros. Band UOL. Recuperado de https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/dislexia-transtorno-de-aprendizagem-afeta-mais-de-10-milhoes-de-brasileiros-16473571. Acesso em: 22 maio 2023.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA,M.J.S. Educação Especial no Brasil. História e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação v.11 n. 33 set/dez. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Dislexia. Disponível em: http://ortal.mec.gov.br/component/tags/tag/dislexia. Acesso em: 22 maio 2023.